

JUDICIÁRIO

Empresários reagem à operação de Moraes

Decisão do ministro do Supremo de ordenar busca e apreensão de documentos e celulares de grupo bolsonarista provoca desgosto de entidades da iniciativa privada

» LUANA PATRIOLINO
» RAFAELA GONÇALVES

O ministro do Superior Tribunal Federal (STF) e atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Alexandre de Moraes vem sendo alvo de críticas de bolsonaristas e de alguns especialistas pela ação que mirou empresários. Representantes de 91 entidades empresariais de Santa Catarina emitiram, ontem, uma nota de repúdio à operação de busca e apreensão contra o grupo que teria defendido um golpe de Estado no Brasil caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vença as eleições de outubro.

O documento, que conta com o apoio da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), associações empresariais e sindicatos patronais, critica a operação executada pela Polícia Federal (PF) afirmando que “opinião não é crime” e que “o direito de poder expressar, de forma livre e desimpedida, opiniões e anseios é um marco civilizatório inquestionável.” Para as entidades, o empresariado tem sido figura demonizada pela narrativa ideológica que despreza o seu papel de indutor do desenvolvimento.

No STF, o clima é de solidariedade ao magistrado. Fontes ouvidas pelo *Correio* disseram que a maioria dos integrantes do Supremo tem confiança na condução do processo pelo ministro e quer legitimar suas decisões, tanto no STF quanto no TSE, para blindar o Judiciário de ataques.

Na operação, foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão em dez endereços, nos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Ceará. Os alvos foram Afrânio Barreira Filho, do grupo Coco Bambu; Ivan Wrobel, da construtora W3; José Isaac Peres, sócio-fundador da Multiplan; José Koury, dono do Barra World Shopping; Luciano Hang, da Havan; Luiz André Tissot, do Grupo Sierra; Marco Aurélio Raymundo (Morongo), das lojas Mormaii; e Meyer Joseph Nigri, da Tecnisa.

Abdias Pinheiro/Secom/TSE



Alexandre de Moraes é alvo de críticas de entidades empresariais por causa da operação contra bolsonaristas



O tecido democrático chegou ao ponto da ruptura, e quem deveria atuar para impedir tamanho prejuízo é, hoje, seu maior incentivador

Empresas e entidades de Santa Catarina, em nota

“Violência estatal”

Trinta e cinco policiais federais participaram da ação, que se deu no âmbito do inquérito das milícias digitais. Para os empresários, a operação “é apenas o mais novo episódio de violência estatal a que estão acometidos os empreendedores brasileiros, aliados do direito de participar do debate político e de externar suas opiniões, quaisquer que sejam”.

Segundo os empreendedores, a atual conjuntura jurídica da política brasileira chegou ao atual “ponto de ruptura” em razão do incentivo do Poder que deveria primar pelo respeito às garantias constitucionais e aos valores

basilares sobre os quais é erigida a nação brasileira. “O tecido democrático chegou ao ponto da ruptura, e quem deveria atuar para impedir tamanho prejuízo é, hoje, seu maior incentivador. A sociedade civil organizada, esteio dos valores morais que necessitam, mais do que nunca, ser fortalecidos para a própria viabilidade da Nação, não pode compactuar com tais atos”, diz a nota.

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) também divulgou posicionamento em defesa do empreendedorismo e da livre iniciativa. “A liberdade primar pelo respeito às garantias constitucionais e aos valores

de uma sociedade democrática, estando assegurados, como direitos fundamentais, em nossa Constituição Federal. As restrições ao exercício desse direito, mesmo para a segurança nacional, para não qualificar censura, somente podem ocorrer em relação às condutas que comprovadamente se enquadrem nas hipóteses expressamente previstas em Lei”, declarou a Confederação.

Em tom de ironia, o presidente Jair Bolsonaro já havia comentado a operação, questionando onde estavam os signatários da *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito*. Após críticas, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que promoveu a carta, também divulgou um posicionamento em apoio à liberdade de expressão: “Na defesa do Estado Democrático de Direito feita pela Fiesp e outras entidades, está implícita, obviamente, a defesa de todos os seus pilares, o que inclui a liberdade de expressão e de opinião e imprensa livre. Esses são valores inegociáveis”.

Maria Thereza assume comando do STJ

» INGRID SOARES

A ministra Maria Thereza de Assis Moura tomou posse como presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a segunda mulher a comandar a Corte. O ministro Og Fernandes assumiu a vice-presidência. Os dois conduziram o tribunal e o Conselho da Justiça Federal (CJF) por dois anos, em substituição aos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, respectivamente.

Ontem, em discurso, a magistrada defendeu “um Judiciário forte” como elemento essencial para o Estado Democrático de Direito e ressaltou a importância da “independência, transparência e diálogo entre as instituições públicas”. “É essencial que o papel central do juiz seja exercido com ética e humanismo, já que serve de ponte entre o direito e a sociedade, protegendo a Constituição e a Democracia. Para isso, independência, transparência e diálogo entre as instituições públicas se mostram essenciais. Também é imprescindível e inegociável o respeito aos direitos humanos.”

Ela falou em “fazer cumprir a lei, observando o espaço que a Constituição Federal reserva ao Judiciário e dialogando com os demais Poderes”. “Deve-se estar aberto à sociedade, com gestos transparentes, e aplicar a jurisprudência de maneira consistente para se tornar segura, íntegra

Gustavo Lima/STJ



Deve-se estar aberto à sociedade, com gestos transparentes, e aplicar a jurisprudência de maneira consistente para se tornar segura, íntegra e previsível, em julgamento em prazo razoável. É isso que a população pode esperar do STJ nos próximos dois anos

Maria Thereza de Assis Moura, presidente do STJ

e previsível, em julgamento em prazo razoável. É isso que a população pode esperar do STJ nos próximos dois anos.”

Na transmissão de cargo, o ex-presidente do STJ Humberto Martins agradeceu aos colegas e lembrou o ápice da pandemia de covid-19, que impôs desafios ao tribunal.

“Vivenciamos momentos de profundas transformações na sociedade, e o Poder Judiciário não saiu incólume. Manifesto minha solidariedade a todos que perderam um ente querido durante a pandemia. Nestes anos, foram decididos, pelo STJ, 1 milhão de processos que interferem diretamente na vida do cidadão

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Retrato de um homem político na guerra surda dos Poderes

Não, não estou falando do extraordinário personagem da política francesa do século XXVIII, biografado pelo escritor austríaco radicado no Brasil Stefan Zweig, no livro *Joseph Fouché — Retrato de um homem político* (Zahar), lançado em 2015. Foi o político mais metamorfose ambulante que a história francesa conheceu, pois passou incólume pela Revolução Francesa e pela Era Napoleônica, derrotando Robespierre e o próprio Bonaparte. Escrito em 1929, o livro foi a antessala de outra notável biografia do mesmo autor, *Maria Antonieta — retrato de uma mulher comum* (Zahar).

“Os governos, as formas de governo, as opiniões, os homens mudam, tudo cai e desaparece no torvelinho veloz do fim do século, e só um homem fica sempre no mesmo lugar, em todos os postos, com todos os modos de pensar: Joseph Fouché”, resumiu o jornalista brasileiro Alberto Dines, no posfácio do livro, que classificou como uma “psicopatologia do poder”. Ex-semi-narista, depois militante anticlerical, Fouché tinha a habilidade de andar pelas sombras, influenciar sem tomar à frente, se posicionar sempre do lado da maioria ou, no caso da Revolução Francesa, do líder do momento, sem nunca se posicionar ou tomar partido aberto até que um vencedor estivesse definido.

Quando a Convenção se preparava para votar pela execução ou não de Luís XVI, Fouché trazia no bolso do casaco um manifesto convicto contra a condenação do rei. Quando, por influência dos jacobinos, os deputados pediram a cabeça do monarca, Fouché proclamou a execução de Luís XVI como uma necessidade inevitável. Assim, atravessou o Diretório, o Consulado e o Império, contra Colott, Babeuf, Barras e Talleyrand. Nem Robespierre e próprio Napoleão escaparam de suas tramadas. Fiel a si mesmo, durante mais de duas décadas muito conturbadas, sobreviveu a todos.

Nosso personagem é outro, trata-se do procurador-geral da República, Augusto Aras, que trava uma batalha surda contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, o novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nos bastidores da Praça dos Três Poderes, com discrição e muita habilidade, tece uma aliança entre o presidente Jair Bolsonaro, o presidente da Câmara, Artur Lira (PP-AL), e o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, para isolar o Supremo Tribunal Federal (STF) e enquadrar Moraes, que preside o inquérito das fake news. Essa investigação é muito contestada no mundo jurídico, por atribuir poderes excepcionais ao seu relator no STF — o próprio Moraes — com base no regimento interno da Corte e não, supostamente, do ponto de vista formal, no Código de Processo Penal.

Aras teria feito a cabeça de Bolsonaro, do ex-ministro da Defesa Braga Netto e do atual, Nogueira, e de Lira, que é o homem mais poderoso do Congresso por causa da força do bloco parlamentar que lidera, o Centrão, do poder de pautar as votações da Câmara, e da distribuição de verbas do chamado “orçamento secreto”. Para esse grupo poderoso, o Supremo estaria usurpando atribuições dos demais Poderes. Em especial, o ministro Alexandre de Moraes, que acaba de assumir o TSE com amplo apoio no mundo jurídico e político em defesa das urnas eletrônicas.

Drible a mais

Empoderado pelo cargo e a ampla mobilização da sociedade civil em defesa do Estado Democrático de Direito, o ministro Moraes fez o que muitos estão considerando uma espécie de drible a mais: determinou, a pedido da Polícia Federal, uma operação de busca e apreensão contra um grupo de oito empresários que apoia o presidente Jair Bolsonaro desde a campanha eleitoral de 2018. Aras não foi consultado sobre a operação, realizada na terça-feira, embora o Ministério Público tenha sido informado formalmente por Moraes no dia anterior.

Candidato sujeito às regras do jogo da legislação eleitoral, Bolsonaro está sendo cauteloso ao tratar do assunto. A nova Lei do Estado Democrático de Direito, que substituiu a antiga Lei de Segurança Nacional, classifica como crimes ameaças, incitação ou ataque às instituições democráticas, ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao sistema eleitoral e à separação entre os Poderes. Até agora, não foram divulgadas provas que justifiquem a ação determinada por Moraes, o que está provocando fortes reações nos meios jurídicos. A fronteira entre a liberdade de expressão e a ação conspiratória contra a democracia precisa ser estabelecida com provas materiais.

Comenta-se, nos bastidores, que Aras estaria incomodado pelo fato de um dos empresários ser seu amigo e interlocutor — supostamente, um dos celulares apreendidos teria o registro de mensagens entre ambos. Entretanto, o inquérito permanece sob sigilo de Justiça, ninguém sabe realmente se havia indícios que justificassem a operação.

Em um gesto inusitado, o ministro da Defesa, depois de uma reunião com Moraes sobre a segurança das urnas eletrônicas e participação das Forças Armadas nas eleições, levou Aras ao encontro com os comandantes das Forças Armadas, numa demonstração de solidariedade que politiza a relação entre ambos, indevidamente. Trocando em miúdos, Moraes está diante de uma situação limite, na queda de braço com Aras. Precisa demonstrar, com provas robustas, que seguiu as regras do devido processo legal ao autorizar a operação. Caso contrário, Aras emergirá da crise como prévio fiador do certo e do errado no processo eleitoral, embaralhando o presidente do TSE. Forte o suficiente para pontificar no jogo de poder, qualquer que seja o vencedor das eleições e o novo arranjo político da Praça dos Três Poderes.